NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E DE 2017

(Em reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO é uma companhia aberta e tem por objetivo social a fabricação, comércio e exportação de artefatos de ferro, metais e congêneres. Suas instalações fabris estão situadas em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia possui ainda uma subsidiária integral no Brasil que atua no mesmo segmento metal mecânico.

A comercialização dos produtos industrializados é efetuada no mercado interno, através de representantes de vendas.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são apresentadas em reais, foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e compreendem:

- 2.1 As demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS IFRSS" OU "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS IASS"), EMITIDAS PELO "INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD IASB", em vigor em 31 de dezembro de 2017.
- 2.2 As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis descritas anteriormente e incluem a demonstração contábil da controlada mencionada na nota explicativa nº 11, tendo sido preparada de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre a empresa consolidada; (b) eliminação do investimento da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas

decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que exigem a avaliação destes investimentos pelo seu valor justo ou custo de aquisição nas demonstrações separadas. A Companhia optou por apresentar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2018, restando aprovadas para divulgação.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

3.2 Transações e saldos em moeda estrangeira:

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

3.3 – Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência dos produtos aos compradores, assim como os riscos, direitos e

obrigações a estes inerentes.

3.4 – Caixa e equivalentes de caixa:

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

3.5 - Estimativas para perdas em crédito:

O reconhecimento das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa foi constituído com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

3.6 - Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustado a valor de mercado e eventuais perdas, quando aplicável.

3.7 – Demais ativos circulantes e não circulantes:

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

3.8- Investimentos e empresas controladas:

- a) Controladora: O investimento na empresa controlada é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação financeira na controlada é reconhecida nas demonstrações contábeis ao custo de aquisição, e ajustada periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. Adicionalmente, o saldo dos investimentos poderá ser reduzido pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento. Os dividendos, quando recebidos de controlada são registrados como redução do valor do investimento.
- b) Consolidado: A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis da controladora com empresa controlada. O investimento da empresa controlada foi eliminado em contrapartida ao patrimônio líquido da controladora.

3.9 – Outros Investimentos:

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás.

3.10 – Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento em que os ativos são instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

3.11 - Imposto de renda e contribuição social:

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado, na Controladora, e na Controlada, de acordo com a legislação específica vigente.

3.12 – Empréstimos e financiamentos:

Empréstimos vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês. Os detalhes da repactuação dos empréstimos vencidos estão apresentados na Nota 15.

3.13 – Provisão para contingências:

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

3.14 - Demais Passivos circulantes e não circulantes:

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

3.15 – Receitas e despesas financeiras:

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência.

3.16 - Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia realizou análise dos itens contábeis concluindo que seus ativos e passivos estão apresentados a valor presente ou possuem efeitos irrelevantes, não cabendo desta forma a realização de ajustes.

3.17 - Valor de recuperação de ativos

A Administração da Companhia entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos; desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

3.18 - Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a estimativa de vida útil dos bens do imobilizado durante o curso normal das operações, bem como premissas para recuperação do valor residual do imobilizado e da realização do ativo diferido.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para a sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas regularmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas estimativas.

NOTA 4 - PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de sua controlada realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante

nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são controladas por faixa de vencimento e CNPJ dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento e a avaliação das contas de difícil realização.

c) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

d) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

NOTA 5 – RISCO DE CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES

A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, apresentou patrimônio líquido negativo, indicando que pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar suas obrigações de longo prazo.

No curto prazo, a Administração da Companhia não vê risco de descasamento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, dos lucros auferidos nos últimos exercícios, da administração austera de custos e pela equalização do passivo, principalmente das obrigações relacionadas a credores bancários.

O maior passivo Tributário da Companhia, que concerne a Tributos Federais, deixados de recolher em períodos anteriores a administração da atual gestão, encontra-se parcelado nos termos da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 – REFIS, cujas parcelas são apuradas com base em percentual do faturamento mensal, sem prazo definido na lei para liquidação, sendo cumpridas integralmente nas bases contratual e legalmente estabelecidas.

Entretanto, neste item, o "REFIS 1", como é conhecido, ante o grau de relevância e risco de comprometimento das operações, a administração da Companhia entende pertinente destacar sua especial e permanente atenção ao ordenamento jurídico pátrio, o qual, intrínseca e concomitantemente, é atrelado com a finalidade do parcelamento/programa de recuperação fiscal, assim como, consequentemente, com sua viabilidade jurídica. Da mesma forma, a Administração da Companhia fez um minucioso estudo de viabilidade quanto a possível adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - (PERT) instituído pela MP 783/2017, convertida na Lei nº 13.496/2017, sob a condição de desistência de parcelamento anterior e decidiu pela não adesão ao novo programa.

NOTA 6 - NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estavam em vigor em 31.12.2017 e serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

• IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39/CPC 38 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases

subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros.

- IFRS 15/CPC 47 Receitas de contratos com clientes O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis; esta norma tem previsão de vigência a partir de 01 de janeiro de 2018. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.
- IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil reflete o trabalho que substituirá o IAS 16, por conseguinte, os requisitos de contabilidade de arrendamento existente e representa uma mudança significativa na contabilidade, introduzindo a uniformização do reconhecimento contábil para o arrendatário e exigirá o reconhecimento do direito de uso e um passivo oriundo de arrendamento mercantil. O IASB emitiu a IFRS 16 com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em/ou a partir de 1º. de janeiro de 2019.

A Companhia não espera que estas normas produzam impactos significativos em suas demonstrações contábeis.

NOTA7 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

_	Controla	dora	Consoli	dado
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos:	49.103	15.986	49.137	16.096
Aplicações financeiras:				
CDB (a)	29.950.420	28.264.956	38.459.473	36.044.556
Contas de Poupança (b)	2.698	2.521	2.698	2.521
Total	30.002.221	28.283.463	38.511.308	36.063.173

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as aplicações financeiras em CDB foram rentabilizadas, em média, a 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário CDI.
- (b) As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

NOTA 8 - DUPLICATAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Mercado interno	2.666.464	3.771.496	4.756.238	5.509.635
Estimativa para perdas em crédito	(235.716)	(236.171)	(344.108)	(250.316)
Total	2.430.748	3.535.325	4.412.130	5.259.319
				_
	Control	adora	Conso	lidado
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Abertura por idade e	_			
vencimento:				
A vencer	1.838.564	2.790.434	3.576.401	4.165.102
Vencidos até 30 dias	126.135	150.896	278.197	282.930
Vencidos de 31 a 60 dias	15.854	47.443	23.501	81.096
Vencidos de 61 a 90 dias	8.609	22.806	8.609	46.843
Vencidos acima de 91 dias	677.302	759.917	869.530	933.664
Total	2.666.464	3.771.496	4.756.238	5.509.635
ı otal	2.000.404	3.771.490	4.730.236	3.309.033

NOTA 9 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Produtos acabados	1.066.059	1.312.906	1.066.059	1.312.906
Produtos em elaboração	771.671	578.492	970.626	620.372
Matérias Primas	2.323.807	1.838.512	2.328.490	1.846.120
Materiais de Consumo	14.796	16.270	14.796	16.270
Adiantamentos a fornecedores	9.760	-	9.760	-
Importações em andamento	531	356.168	531	356.168
Total	4.186.624	4.102.348	4.390.262	4.151.836

A Companhia não constituiu estimativa de perda de estoques tendo em vista o elevado giro de seus produtos acabados e suas principais matérias primas consistirem em "comodities" em estado primário e de alta liquidez.

NOTA 10 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	Control	adora	Consolidado		
	31.12.2017 31.12.2016		31.12.2017	31.12.2016	
Impostos Estaduais – ICMS Impostos e contribuições Federais	550.484 690.632	107.093 631.862	550.484 696.110	107.093 631.862	
Total	1.241.116	738.955	1.246.594	738.955	

NOTA 11 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A participação da Companhia que é apresentada como investimento em controlada nas demonstrações contábeis individuais e que foi consolidada consiste em sua subsidiária integral, FULLMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., empresa de capital fechado, sediada no Brasil, adquirida em 20 de dezembro de 2011 na totalidade de suas ações pelo montante de R\$ 20.000 e cujo objetivo, é a Industrialização, Montagem, Embalagem, Comércio, Importação e Exportação de artefatos de metal, plástico e papelão.

	Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	
	31.12.2017	31.12.2016
Totais de ativos e Passivos	10.918.289	9.821.538
Total de Receitas	14.646.775	14.341.052
Lucro do Exercício	5.896.445	5.822.212
Capital social	20.000	20.000
Quantidade de ações/cotas possuídas	20	20
Patrimônio líquido	2.972.222	2.935.106
Percentual de participação	100%	100%
Investimento	2.972.222	2.935.106
Movimentação do investimento:		
Aquisição em dinheiro em 20 de dezembro de 2011	20.000	20.000
Resultado acumulado (equivalência patrimonial – dividendos		
distribuídos/recebidos)	2.948.222	2.911.106
Percentual de participação	100%	100%
Investimento em 31 de dezembro	2.972.222	2.935.106

NOTA 12 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos e as transações entre a Companhia e sua controlada, que é sua parte relacionada, foi eliminado na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora (BR GAAP). Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas, em condições normais de mercado, estão apresentados a seguir:

	Transações		
	Receita de venda de produtos	Receita de venda de produtos	
	31.12.2017	31.12.2016	
Fullmetal Indústria e Comércio S.A.	7.166.610	6.508.476	

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza

distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e a controlada são tomadas pela Administração. Não houve remuneração para os administradores da controlada.

NOTA 13- OUTROS INVESTIMENTOS

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP - Unidade Padrão de Correção até 31 de dezembro de 2004 e convertidos em ações da Eletrobrás. A Companhia está postulando em juízo o reconhecimento da correção monetária com base nos índices oficiais de inflação do período, com inclusão dos percentuais dos expurgos inflacionários correspondentes aos planos: Verão (jan e fev/89), Collor I (março a julho/90), Collor II (jan e mar/91) e juros moratórios à base de 6% aa nos cálculos da correção monetária, com decisão em segunda instância parcialmente favorável e em fase de Recurso Extraordinário ao STF.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, com base nos cálculos efetuados, não foi identificada necessidade de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

NOTA 14 - IMOBILIZADO

\sim		1 1	
COI	1trc	บเลด	lora

			31/12/2017		31/12/2016	Taxa de depreciação
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	2 2
Terrenos		1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções		11.957.321	11.526.091	431.230	459.074	4%
Equipamentos		21.287.371	14.658.946	6.628.425	6.957.420	10%
Instalações		1.278.924	848.799	430.125	533.254	10%
Móveis e utensílios		728.479	638.488	89.991	115.522	10%
Equipamentos processamento de dados Ferramentas e utensílios	de	724.934	682.931	42.003	62.817	20%
Técnicos		2.765.356	2.679.795	85.561	130.391	20%
Veículos		185.506	172.009	13.497	22.112	20%
Imobilizações em curso		29.886	-	29.886	58.166	-
		40.115.165	31.207.059	8.908.106	9.496.144	

			Consolidado		
					Taxa de
		31/12/2017		31/12/2016	depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Terrenos	1.157.388	-	1.157.388	1.157.388	-
Edifícios e construções	11.957.321	11.526.091	431.230	459.074	4%
Equipamentos	21.738.289	14.899.468	6.838.821	7.212.907	10%
Instalações	1.278.924	848.799	430.125	533.254	10%
Móveis e utensílios	729.696	638.995	90.701	116.354	10%
Equipamentos de					
Processamento de dados	724.934	682.931	42.003	62.817	20%
Ferramentas e utensílios					
Técnicos	2.765.356	2.679.795	85.561	130.391	20%
Veículos	185.506	172.009	13.497	22.112	20%
Imobilizações em curso	29.886	-	29.886	58.166	-
	40.567.300	31.448.088	9.119.212	9.752.463	

Movimentação das adições, baixas e depreciação.

	Control	adora	Consolidado	
	31/12/2017 31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	9.496.144	10.327.348	9.752.463	10.628.880
Adições	1.027.332	760.159	1.027.332	760.159
Baixas	(-)	(12.017)	(-)	(12.017)
Depreciação	(1.615.370)	(1.579.346)	(1.660.583)	(1.624.559)
Saldo no fim do exercício	8.908.106	9.496.144	9.119.212	9.752.463

A Companhia procedeu a sua primeira reavaliação de ativo em 1983 nos moldes do programa de incentivo fiscal denominado COFIE, pelo qual a realização da respectiva reserva não gerava efeito fiscal, contemplando, nesta época, apenas os imóveis adquiridos até 1976. Após, nos anos de 1985, 1987, 1988 e 1990, atualizou o valor de seus ativos a preço de mercado com base em laudos técnicos elaborados em conformidade com a legislação e normas técnicas da ABNT então vigentes. A variação apurada foi contabilizada em contrapartida no Patrimônio Liquido, na Conta de Reserva de Reavaliação. A Companhia, em conformidade com a legislação, optou por manter o saldo da conta Reserva de Reavaliação no Patrimônio Liquido, reconhecendo a reversão desta apenas quando da realização dos ativos respectivos.

Praticamente, todos os bens da Companhia estão comprometidos em garantia de empréstimos bancários e/ou execuções fiscais.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, com base nos cálculos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de redução ao seu valor de recuperação.

NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora e Consolidado	
Controladora e Consolidado	

	31.12.2017	31.12.2016
Bancos Privados	22.112.285	21.562.191 a
Banco do Brasil S/A	30.507.399	30.807.277 b
Parcelas de curto prazo	52.619.684 (22.262.224)	52.369.468 (21.712.130)
	30.357.460	30.657.338

a) empréstimos contratados com Banco Comercial Bancesa, Banco da Bahia e Banco Bandeirantes, vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Em 05 de março de 2013, a Companhia celebrou com o credor Massa Falida do Banco Comercial Bancesa SA, acordo de liquidação de débitos, homologação judicial transitada em julgado no segundo trimestre de 2013, nos autos da execução n° 0003647-63.1995.8.19.0037 da 1ª. Vara Civil e n° 0000138-32.1992.8.19.0037 da 2ª. Vara Civil da Comarca de Nova Friburgo, com reconhecimento do crédito total de R\$ 1.119 mil relativo aos contratos de abertura de crédito números 800.180-5 e 800.168-6, a serem pagos em 30 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela variação do INPC, acrescido de honorários advocatícios de 10%, tendo sido a última parcela paga em dezembro de2015. Assim, cumprido integralmente o acordo celebrado nos autos supra, aguarda pronunciamento da Massa Falida do credor declarando a quitação de eventuais débitos remanescentes. Tal evento, foi objeto de publicação de Fato Relevante em 05 de março de 2013.

b) Em 23 de novembro de 2011, a Companhia e o credor exeqüente Banco do Brasil S.A. entabularam transação nos autos da Execução nº. 1990.037.016790-3, pela qual o Banco credor admitiu receber à vista 90% do total das parcelas vincendas confessadas quando do acordo firmado em 25 de agosto de 2009, concedendo sobre estas o abatimento de 30%, sendo os 10% restantes vencíveis em parcelas mensais e consecutivas, cujo vencimento final será 21 de agosto de 2019, ficando ratificado o titulo e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009, mantidas as seguintes condições: 1ª.) prorrogação da suspensão do referido processo até agosto de 2019, período em que serão realizadas amortizações com encargos de TR acrescida de 0,5% de juros ao mês, conforme cronograma físico financeiro anexado; 2ª.) ao final, cumpridas as condições ora

estabelecidas naqueles autos, o saldo devedor será reduzido em 78,20%, com quitação total e a extinção da execução. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 23 de novembro de 2011, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 149.939 .

Não há operações de empréstimos e financiamentos na controlada.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

		Controladora		
		31.12.2017		31.12.2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento	487.848	1.903.098	2.390.946	2.728.474
IR/PIS/COFINS/CSFonte	76.981	-	76.981	155.194
Outros	179	-	179	229
	565.008	1.903.098	2.468.106	2.883.897
		Consolidado		
		31.12.2017		31.12.2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ICMS/Parcelamento	522.244	1.903.098	2.425.342	2.756.754
IR/PIS/COFINS/CSFonte	235.793	_	235.793	289.809
Outros	179	-	179	229
	758.216	1.903.098	2.661.314	3.046.792

NOTA 17 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

No exercício de 2000, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS, visando regularizar seus débitos em atraso relativos a tributos e contribuições federais. Os detalhes das movimentações do REFIS estão apresentados a seguir:

	Controladora
Impostos federais	24.292.298
Contribuições sociais	14.052.452
Saldo na data de adesão ao REFIS	38.344.750
Ajuste por homologação do REFIS	-
Atualização pela TJLP até dezembro de 2016	48.286.527
Pagamentos efetuados até dezembro de 2016	(5.629.888)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	81.001.389
Atualização pela TJLP em 2017	2.586.206
Pagamentos efetuados em 2017	(252.370)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	83.335.225
Menos - Circulante	(252.370)
Não circulante	83.082.855

NOTA 18 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O saldo da provisão para contingências, avaliadas pelos consultores jurídicos como tendo risco de perda provável, líquida dos respectivos depósitos judiciais, está sumariada a seguir:

	Controladora e	e Consolidado
	31.12.2017	31.12.2016
Cível Total da provisão para contingências	2.054.862	626.530
Depósitos judiciais	(1.967.825)	(626.530)
Provisão para contingências, líquida	87.037	

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as contingências avaliadas pelos consultores legais como tendo riscos de perda possível, não provisionadas, são:

	Controladora e	Controladora e Consolidado		
	31.12.2017	31.12.2016		
Cível	328.185_	1.138.789		
	328.185	1.138.789		
	320.103	1.130.709		

NOTA 19 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social, na controladora, apurados com base no lucro real anual à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240.000 e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o resultado tributável. Na controlada, o imposto de renda e a contribuição social foram calculados sobre o lucro presumido a cada trimestre e na Controladora, mensalmente com base em Balancete de Suspensão ou Redução, sendo o Lucro Real anual (definitivo) apurado no encerramento do exercício.

	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.405.676)	3.270.468
Equivalência Patrimonial	(5.896.445)	(5.822.212)
Outras Adições/exclusões permanentes	49.056	50.080
/Lucro Real/Prejuízo Fiscal antes da compensação de	(7.253.065)	(2.501.664)
prejuízos fiscais		
(-) Prejuízo fiscal compensável	-	-
Lucro Real/Prejuízo Fiscal	(7.253.065)	(2.501.664)
Imposto do rando à alfavoto do 15%		
Imposto de renda à alíquota de 15% Imposto de Renda à alíquota de 10%	-	-
Contribuição social à alíquota de 9%	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social		
1		
	Consoli	dado
	31.12.2017	31.12.2016
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social	452.671	450.403

Em 31 de dezembro 2017 e de 2016, a Companhia possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social provenientes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 219.721 mil , R\$ 205.214 mil em 2016. No entanto, devido ao elevado valor dos prejuízos acumulados e, conseqüentemente, do Patrimônio liquido Negativo, somados ainda à incerteza do atual quadro econômico, não havendo como estabelecer parâmetros confiáveis para uma projeção de resultados positivos que contemple um cenário dilatado de operações para o futuro, a Companhia não efetuou Registro do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo.

NOTA 20 - CAPITAL SOCIAL

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o Capital Social totalmente integralizado no valor de R\$ 10.353.000 representado por 11.900.000 ações, sem valor nominal, sendo 3.966.667 ações ordinárias e 7.933.333 ações preferenciais, estas sem direito a voto, mas assegurado o direito de preferência na liquidação da Sociedade e no recebimento de dividendos não cumulativos. O Capital Social está distribuído conforme segue:

				Qde.	Total das ações	%
	domiciliados	no	País - pessoas	729	3.795.634	31,90
físicas Acionistas jurídicas	domiciliados	no	País - pessoas	24	8.104.366	68,10
Total				753	11.900.000	100,00

b) Capital social autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária dentro do limite de até 20% (vinte por cento) do Capital Social, fixando o montante de emissão, decidindo o preço de subscrição das ações e estabelecendo os prazos e condições de integralização, desde que mantida a proporção que representam até 2/3 do total das ações em que divide o capital social.

Os acionistas têm preferência para a subscrição de ações em aumento de capital, desde que exercido o direito dentro do prazo de 30 dias, contando da data da publicação de ata que deliberar o aumento de capital, ou da publicação de competente aviso, sob pena de decadência.

A Assembléia Geral ou o Conselho de Administração podem determinar que a emissão de ações se faça sem direito de preferência aos antigos acionistas, em qualquer das hipóteses previstas no artigo 172 e seu parágrafo único de Lei 6.404/76.

NOTA 21 – LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico.

O calculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico por ação:

		2017			2016	
	Ordinárias	Preferências	Total	Ordinárias	Preferências	Total
Quantidade de ações em circulação no início do período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000
Quantidade de ações em circulação no final do período	3.966.667	7.933.333	11.900.000	3.966.667	7.933.333	11.900.000
			_	Co	ntroladora	

	controladora		
	31.12.2017	31.12.2016	
Lucro liquido no final do exercício	(1.405.676)	3.270.468	
Media ponderada das quantidades de ações em circulação	11.900.000	11.900.000	
Lucro por ação básico	(0,118124)	0,274829	

NOTA 22 - RECEITA LIQUIDA DE VENDAS

A receita liquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 possuem a seguinte composição:

_	<u>Controla</u> d <u>ora</u>		Consolidado	
_	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receita bruta de Vendas	21.628.064	23.653.918	29.958.578	31.770.444
(-)Impostos incidentes s/vendas	(3.548.789)	(4.004.713)	(4.631.398)	(4.893.289)
(-)Abatimentos e Devoluções	(627.453)	(253.779)	(916.732)	(401.791)
Receita Liquida de Vendas	17.451.822	19.395.426	24.410.448	26.475.364
_				

NOTA 23 – INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Contro	oladora	Consol	idado
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Despesas e custos por função	_	_		
Custo dos produtos vendidos	17.024.594	16.673.171	17.178.673	17.307.448
Despesas operacionais	7.569.660	5.818.980	8.734.212	6.912.784
	24.594.254	22.492.151	25.912.885	24.220.232
Despesas e custos por natureza				
Custo de mercadorias	8.250.416	7.827.381	7.996.365	8.036.297
Despesas com pessoal e encargos	7.856.075	7.781.110	8.223.087	8.165.810
Despesas de alugueis e correlatos	2.608	2.891	53.008	53.291
Despesas de serviços e utilidades				
públicas	628.183	758.773	642.801	772.597
Despesas de depreciação e				
amortização	1.615.370	1.579.346	1.660.583	1.624.559
Provisão (reversão) PCLD e				
contingências	1.427.877	18.617	1.522.124	28.991
Outras despesas	4.813.725	4.524.033	5.814.917	5.538.687
_	24.594.254	22.492.151	25.912.885	24.220.232

NOTA 24 - HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em AGO/AGE realizada em 24 de abril de 2017, foi fixado o limite de remuneração mensal global dos administradores em até R\$ 64 mil, acrescida quando aplicável, dos

encargos sociais e trabalhistas na forma prevista em lei, para o exercício social de 2017, mantido assim, o mesmo limite aprovado para o exercício de 2016 e que estão apresentados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício.

NOTA 25 - RESULTADO FINANCEIRO

	Contro	oladora	Consolidado		
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	
Despesas financeiras:		_		_	
Juros sobre					
empréstimos	(572.526)	(547.194)	(572.526)	(547.194)	
Despesas bancárias	(30.546)	(22.383)	(33.053)	(26.740)	
Juros, parcelas fiscais					
LP e s/tributos	(2.787.452)	(2.917.437)	(2.787.452)	(2.917.437)	
Outras	(3.843)	(250)	(4.225)	(292)	
_	(3.394.367)	(3.487.264)	(3.397.256)	(3.491.663)	
Receitas financeiras: Aplicações					
financeiras	2.540.591	3.339.401	3.230.650	4.230.398	
Descontos obtidos	1.032	21.124	6.454	21.456	
Juros ativos	124.757	97.096	140.908	126.547	
	2.666.380	3.457.621	3.378.012	4.378.401	
Variação cambial:					
Variação cambial ativa	12.825	11.817	12.825	11.817	
Variação cambial passiva	(18.197)	(26.601)	(18.197)	(26.601)	
- -	(5.372)	(14.784)	(5.372)	(14.784)	

NOTA 26 - COBERTURA DE SEGUROS

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são assim demonstradas:

	31.12.2017	31.12.2016
Responsabilidade civil	1.840.000	1.640.000
Riscos diversos - estoques e imobilizados	17.547.000	17.057.000
Veículos	85.151	86.165
	19.472.151	18.783.165

NOTA 27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, bem como sua controlada, não efetuou nenhuma transação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, envolvendo instrumentos financeiros complexos. As transações financeiras ocorridas são pertinentes às suas

atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar com vencimento de curto prazo.

O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos demais ativos e passivos equivale, aproximadamente, ao valor de mercado desses instrumentos.

a) Risco de crédito:

As políticas de vendas e concessão de crédito a clientes estão subordinadas às normas fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) - e da diversificação de suas operações (pulverização do risco).

b) Valor de mercado dos instrumentos financeiros:

O valor de mercado das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações financeiras), o saldo a receber de clientes e o passivo circulante aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima a dos balanços, exceto quanto às dívidas inscritas no REFIS. Não existem nas referidas datas-base outros instrumentos financeiros de valores significativos que requeiram divulgação específica.

c) Concentração de risco:

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e a sua subsidiária integral à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em contas a receber de clientes. O saldo de contas a receber está distribuído por aproximadamente 3.000 clientes ativos, não havendo concentração individual maior que 4,50 %. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

d) Taxa de juros:

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência das variações nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo, considerando as exposições à variação da TR (BANCOS) e TJLP (REFIS), principais indexadores dos passivos da Companhia.